



**RELATÓRIO DA PARTICIPAÇÃO DA ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA NA
III CONFERÊNCIA INTERPARLAMENTAR SOBRE A POLÍTICA EXTERNA E DE SEGURANÇA
COMUM/POLÍTICA COMUM DE SEGURANÇA E DEFESA (PESC/PCSD)**

(Vilnius, Lituânia, 5 e 6 de setembro de 2013)

Delegação da AR :

- Deputado Marcos Perestrello (PS), Comissão de Defesa Nacional (CDN);
- Deputado António Rodrigues (PSD), Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas (CNECP);
- Deputado Sérgio Azevedo (PSD), Comissão de Assuntos Europeus (CAE);
- Deputado Paulo Pisco (PS), CNECP;
- Deputado Alberto Costa (PS), CAE.

Apoio Técnico:

- Bruno Dias Pinheiro, Representante Permanente da AR junto da UE.

O Parlamento lituano, no âmbito da dimensão parlamentar da respetiva Presidência do Conselho da União Europeia (UE), organizou, em Vilnius, nos dias 5 e 6 de setembro, a III Conferência Interparlamentar sobre a PESC/PCSD. Esta Conferência, cujo programa se anexa¹, contou com a participação de todos os Parlamentos nacionais da UE, bem como o Parlamento Europeu (PE)².

Toda a informação sobre esta Conferência, bem como as fotografias e registo vídeo, podem ser encontrados em:

http://www.lrs.lt/intl/presidency.show?theme=279&lang=2&p_sp_reng_id=14

- Reunião da Comissão ad-hoc para a revisão do Regulamento

Os trabalhos iniciaram-se com uma reunião dos representantes das várias delegações na Comissão ad-hoc para a revisão do regulamento da Conferência, estabelecida nos termos das Conclusões das I e II Conferências Interparlamentares sobre a PESC/PCSD, em Paphos e Dublin. A AR esteve representada nesta reunião inicial da Comissão ad-hoc pelo Deputado Marcos Perestrello (PS, Comissão de Defesa Nacional).

¹ Disponível em http://renginiai.lrs.lt/renginiai/EventDocument/1ce0171a-1309-477c-ae0c-a784d73fd8aa/EN_IC%20CFSP%20CSDP_PROGRAMA%202013-09-03.pdf

² Além dos estados candidatos e países europeus membros da NATO. Lista de participantes em http://renginiai.lrs.lt/renginiai/EventDocument/1ce0171a-1309-477c-ae0c-a784d73fd8aa/CFSP-CSDP%20FINAL%20List%20of%20Participants_09_06_EN.pdf



A Presidência lituana havia solicitado às várias delegações que lhe submetessem antecipadamente as propostas de emenda ao regulamento, de modo a poderem servir de base ao trabalho desta Comissão.

No início dos trabalhos, a Presidência deu nota do debate preliminar havido no Grupo de Trabalho (GT)³ que foi estabelecido para coadjuvar esta Comissão e que viriam a merecer o acordo da Comissão ad-hoc relativamente ao procedimento a seguir:

a) proceder a uma categorização das várias emendas apresentadas, de acordo com os seguintes critérios: i) propostas em conformidade com o Tratado e com as Conclusões de Varsóvia; ii) propostas em contradição com o Tratado; iii) propostas em contradição com as Conclusões de Varsóvia; iv) propostas a serem analisadas com mais profundidade.

b) adotar um calendário de trabalho até à Presidência italiana da CPPUE (2015), altura em que se procederá à avaliação final dos arranjos e disposições da Conferência interparlamentar sobre a PESC/PCSD, conforme dispõem as Conclusões da CPPUE de Varsóvia.

A categorização das emendas e o calendário referidos *supra* encontram-se anexos a este relatório, juntamente com uma carta da Presidência Lituana a este respeito.

- Abertura da Conferência

O Presidente do Parlamento lituano, Vydas Gedvilas, interveio inicialmente para dar as boas vindas aos participantes⁴. Seguiram-se palavras de introdução dos Presidentes da Comissão de Negócios Estrangeiros e da Comissão de Defesa do Parlamento lituano.

O discurso de abertura da Conferência foi proferido por Dalia Grybauskaitė, Presidente da República da Lituânia, e encontra-se apenso a este relatório⁵. Na sua intervenção, recordou a atribuição do Prémio Nobel da Paz à UE em 2012, para afirmar que a Conferência interparlamentar sobre a PESC/PCSD é uma plataforma adequada e atempada para debater os desafios urgentes com os quais a Europa se confronta hoje.

O Presidente da Comissão AFET (Assuntos Externos) do PE, Elmar Brok (PPE, Alemanha), finalizou esta sessão de abertura, referindo a importância desta Conferência e o contexto em que ocorre, designadamente sobre a resposta a dar pela comunidade internacional ao uso de armas químicas na Síria.

³ Composto por um representante de cada um dos Parlamentos do Trio, do PE, de Chipre (Presidência anterior da Conferência de Presidentes de Parlamentos da UE CPPUE) e da Itália (Presidência da CPPUE em 2015, quando se tomar a decisão final).

⁴ Intervenção disponível em <http://renginiai.lrs.lt/renginiai/EventDocument/1ce0171a-1309-477c-ae0c-a784d73fd8aa/0905%20Welcome%20address%20by%20Dr%20Vydas%20Gedvilas.EN.pdf>

⁵ Disponível em <http://renginiai.lrs.lt/renginiai/EventDocument/1ce0171a-1309-477c-ae0c-a784d73fd8aa/0908%20Respublikos%20Prezident%C4%97s%20Dalios%20Grybauskait%C4%97s%20sveikinimo%20kaiba.EN.pdf>



Sessão I.

A primeira sessão de trabalho foi dedicada a dois temas distintos:

- *A promoção da democracia numa Europa alargada: ideias e instrumentos*
- *Rumo ao Conselho Europeu de dezembro: prioridades da Presidência lituana*

Os intervenientes foram, respetivamente, os Ministros lituanos dos Negócios Estrangeiros, Linas Linkevicius, e da Defesa, Juozas Olekas.

No que diz respeito ao primeiro tema, o MNE lituano referiu-se ao partenariado oriental da Política Europeia de Vizinhança como um dos temas prioritários da Presidência lituana, com particular ênfase na Ucrânia e às dificuldades do que referiu como "justiça seletiva", bem como à necessidade de que os países envolvidos neste partenariado possam escolher livremente os seus objetivos de política externa, sem ingerências nem pressões de outros estados da região.

Relativamente ao Conselho Europeu de Defesa de dezembro, o Ministro lituano da defesa, recordou que este será o primeiro Conselho dedicado a esta matéria nos últimos cinco anos. Dado que a UE é um modesto ator na gestão de crises e que isto poderá ser agravado com a atual restrição nos orçamentos de defesa. Acrescentou que a política de defesa europeia deve aumentar a sua visibilidade e que, para tal, será de considerar a criação de uma configuração formal no Conselho que reúna os Ministros de Defesa. Relativamente às prioridades, referiu-se ao papel da UE na estabilidade e segurança da sua vizinhança, aos desafios como a cibersegurança, a segurança marítima e energética, a melhoria na capacidade de envio de tropas e a integração da política de defesa numa abordagem mais abrangente de política externa.

Seguiu-se um período de debate.

Sessão II

O painel seguinte teve lugar à porta fechada e foi dedicado às prioridades da UE no domínio da PESC e da PCSD, tendo como interveniente a Alta Representante da UE para os Negócios Estrangeiros e a Política de Segurança, Catherine Ashton. O respetivo discurso encontra-se em anexo⁶, tendo começado por destacar que se formou um arco de instabilidade em torno da UE, motivo pelo qual necessário reforçar o papel desta na prevenção de conflitos. A este respeito, deu como exemplo o papel de mediação que a Alta Representante tem desempenhado no Egito, onde é um interlocutor decisivo. No que diz respeito à Síria, considerou que a UE deve empenhar-se numa solução política duradoura para este conflito.

Seguiu-se um período de debate.

Sessão III

⁶

<http://renginia.i.rs.lt/renginia/i/EventDocument/1ce0171a-1309-477c-ae0c-a784d73fd8aa/0906%20C.Ashton%20tez%C4%97s%20Vilnius.EN.pdf>



O Secretário-Geral da NATO, Anders Fogh Rasmussen, analisou as relações entre a UE e a NATO⁷, começando por referir que deve ser condenado com a maior veemência possível o ataque com armas químicas que teve lugar na Síria. Assinalou, ainda, que a NATO é um fórum para consulta entre os seus membros sobre todas as matéria e que a Aliança está empenhada em proteger a sua fronteira sul.

Por outro lado, chamou a atenção para a preocupante tendência de redução dos orçamentos de defesa num contexto em que as ameaças à segurança aumentam. Como exemplo, acrescentou que o orçamento de defesa da China em 2015 será maior do que o investimento dos oito maiores membros da NATO em conjunto. Referiu, ainda, que existem demasiadas duplicações em termos de capacidades, bem como divergências de padrões entre os membros da Aliança, o que gera fracas economias de escala e insuficiente formação.

Por fim, o A. F. Rasmussen considerou que a NATO deve permanecer forte e desenvolver um pilar europeu de defesa credível. Para tal, identificou três prioridades: i) desenvolvimento de capacidades; ii) desenvolvimento de forças; iii) aprofundamento de uma indústria de defesa forte. Apelou, por conseguinte, à cooperação e não à duplicação, bem como ao desenvolvimento de capacidades e não de burocracias.

Durante o período de debate que seguiu, registaram-se duas intervenções da delegação da AR-

O Deputado António Rodrigues (PSD) questionou o SG da NATO sobre as prioridades estratégicas da UE, designadamente se é mais importante o investimento em capacidades ou o desenvolvimento de políticas fortes e com liderança.

O Deputado Marcos Perestrello (PS) manifestou a sua concordância de que a Síria é a maior ameaça que a UE enfrenta. Deste modo, e recordado a intervenção proferida pela Alta Representante na sessão anterior, questionou o que pode a UE fazer neste domínio além da ajuda humanitária.

Na resposta, o SG da NATO afirmou que ambas as dimensões (capacidades e políticas) são importantes e complementares - são precisas capacidades para projetar poder e as políticas adequadas e com liderança para as afirmar. A este respeito, Rasmussen acrescentou que, a certo ponto, a UE deverá considerar uma revisão do processo de tomada de decisão na PESC/PCSD, na medida em que, reconhecendo que o consenso é importante, a eficiência e coesão na tomada de decisão são igualmente decisivas.

Grupos de Trabalho

Em seguida, os participantes na Conferência dividiram-se em dois grupos de trabalho (GT), dedicados aos seguintes temas:

GT 1 – O partenariado oriental e a sua importância estratégica para a UE

⁷ Discurso integral disponível em <http://renginai.lrs.lt/renginai/EventDocument/1ce0171a-1309-477c-ae0c-a784d73fd8aa/0906%20Mr%20Anders%20Fogh%20Rasmussen%20EN.pdf>



GT 2 – Superar o desfasamento entre as capacidades e as ambições da UE: rumo ao Conselho Europeu de Dezembro

Cada GT designou um relator, para apresentar os resultados respetivos na sessão de encerramento.

Sessão de encerramento

Na sessão final, a Presidência apresentou o resultado do trabalho da Comissão ad-hoc para a revisão do regulamento (v. *supra*) e, em seguida, foi dada a palavra aos relatores dos GTs para apresentar o teor dos debates aí realizados.

No que diz respeito ao GT 1, o relator foi Pat Breen, Presidente da Comissão de Negócios Estrangeiros e Comércio do Parlamento irlandês, que destacou a importância deste parceria oriental no contexto da política europeia e vizinhança. Identificou os principais temas debatidos: i) a preocupação com a pressão política, económica e comercial exercida pela Rússia sobre alguns dos países que fazem parte deste parceria, enfatizando a necessidade de uma resposta consistente por parte da UE; ii) as questões relacionadas com o respeito pelos direitos humanos, e os diferentes desafios relativos à situação interna de cada um dos seis países deste parceria; iii) a preparação da III Cimeira do Parteneriado oriental, a realizar em Vilnius, no mês de Novembro; iv) a ação da UE relativamente à Bielorrússia, a situação no sul do Cáucaso e na Moldávia.

O relator do GT 2 foi Ioannis Kefalogiannis, membro da Comissão de Defesa e Negócios Estrangeiros do Parlamento helénico, que destacou os seguintes aspetos: i) as expectativas para o Conselho Europeu de dezembro devem ser moderadas, pois os estados membros, até agora, não dispõem das capacidades necessárias nem têm demonstrado a vontade política de aprofundar esta dimensão; ii) as restrições orçamentais não devem ser um obstáculo incontornável, antes deve ser analisado como se pode fazer mais com os recursos existentes: *pooling and sharing*; iii) é decisivo que os padrões e os requisitos possam ser uniformizados, pois isto é fundamental para que a indústria europeia de defesa se possa desenvolver; iv) o Conselho Europeu de dezembro deverá definir um roteiro (algo similar a um "Programa de Estocolmo") no domínio da defesa, com metas definidas, e que permita ir medindo e avaliando os progressos alcançados.

Após este relato das sessões paralelas, a Presidência submeteu às delegações o projeto de conclusões da Conferência. Após o debate para adoção das emendas propostas, estas Conclusões⁸ foram aprovadas e serão transmitidas às instituições da UE e a todas as delegações.

Os trabalhos desta Conferência foram encerrados, em seguida.

Assembleia da República, 11 de Setembro de 2013

⁸ Disponíveis em <http://renginiai.lrs.lt/renginiai/EventDocument/1ce0171a-1309-477c-ae0c-a784d73fd8aa/EN%20Conclusions%20Vilnius%20IPC%20CFSP-CSDP.pdf>

